



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 5 DE JULHO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Albertino Bragança

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Roberto Lombá

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 25 minutos.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente auscultou o Sr. Ministro de Educação, Cultura e Formação (Jorge Bom Jesus) para se inteirar melhor sobre petição enviada à 4.ª Comissão, pelo Sr. José neves da Silva.

Neste encontro, para além das intervenções do Sr. Ministro de Educação, Cultura e Formação (Jorge Bom

Jesus) e do Sr. Director da DAE (Filipe Paquete), registou-se também as intervenções dos Srs. Deputados Carlos Pinheiro (ADI), Adllander Matos (MLSTP/PSD) e Jorge Amado (MLSTP/PSD)

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 11 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Pinheiro
Hélder Paquete
Roberto Lombá
Cecílio Quaresma

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Liberal (MLSTP/PSD):

Jorge Amado
Adllander Matos
Manuel **Marçal Lima**
Dionísio Leopoldino

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Bragança

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, bom dia. Antes de mais queria agradecer a sua presença, estamos na 4.^a Comissão e temos estado a seguir, através de audições parlamentares, um caso que se relaciona com o Jardim Mina Anzu e a escola que está anexa.

Temos aqui a petição do Sr. José Neves, um indivíduo que reclama da Assembleia os seus direitos, porque na sua opinião teve autorização para explorar uma terra que fica nas traseiras do referido Jardim e da escola conexas. Segundo ele, o terreno era baldio, mas graças à sua acção, o trabalho que ele desencadeou, conseguiu transformá-lo num terreno muito proveitoso que começou até a despertar a cobiça de todos quantos o viam.

Segundo o Sr. José Neves, ele teve autorização da comissão que dirigia o Jardim Mina Anzu e que tinha chegado a um acordo em repartir com esse Jardim os proveitos que saíam da exploração do tal terreno. Disse que distribuiu litros de azeite, cocos, etc.. Ele disse ainda que cumpriu sempre essa divisão, mas que a partir de certo momento o terreno começou a ser invadido por um grupo de jovens e ele deu a entender que foram enviados pelo Ministro da Educação, para criar distúrbios no terreno e fazer com que ele abandonasse o terreno.

Disse que foi perseguido e ameaçado de morte, até chegaram ao ponto de esbofetear a mulher dele, pelo que não teve outro remédio senão recorrer à Assembleia Nacional com esta petição. Assim, de modo a aclarar os factos, nós chamamos primeiro a Comissão do Jardim Mina Anzu, que alegadamente teria passado uma autorização para o Sr. José Neves explorar o terreno, chamamos também a ex-Directora da Escola 1.^o de Junho, anexa ao Jardim Mina Anzu, que deram também a sua versão dos factos.

Portanto, chamamos o senhor porque achamos estranho que um Ministro da Educação possa incitar à violência contra um cidadão que ocupa um terreno que ele trabalhou e enriqueceu, porque antes dele aquilo era um local inóspito.

Por isso, chamamos o Sr. Ministro para dizer o que sabe desse terreno, o caso vem desde 2009, quando o Sr. José Neves solicitou à Comissão que dirigia o Mina Anzu para lhe ceder o terreno. Portanto, o microfone é todo seu.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação** (Jorge Bom Jesus): — Sr. Presidente, estamos aqui e agradecemos também esta solicitação para podermos prestar esclarecimentos e aclarar a situação. Eu gostaria desde logo de dizer-vos que se fosse numa outra ocasião eu é que, certamente ao nível do Ministério Público, teria introduzido uma queixa. Eu quero ser muito claro, não conheço o senhor nem os jovens. Portanto, nunca vi o senhor Neves nem em fotografia e nem os jovens a que se faz referência. Talvez o único ponto de intersecção é o facto de eu viver na Chácara, praticamente defronte à casa da Dona Alda do Espírito Santo e a escola está um pouco mais acima. Esta é a única afinidade geográfica, digamos, que tenho com o terreno.

De facto contactou-me telefonicamente em Abril, falando dessa situação dos jovens que estariam a invadir o terreno. Eu, sem conhecer o processo, disse-lhe que não era possível assim verbalmente, mas que fizesse uma exposição por escrito. Ele fê-lo e tenho aqui. Depois poderei deixar uma cópia com os Srs. Deputados.

Instruí a Inspeção-geral da Educação e a DAE (Direcção Administrativa da Educação) para averiguar e emitir parecer, e está aqui a cópia. A DAE gere toda a parte física da rede escolar e do apoio social e posteriormente pedi à DAF também, portanto, à Direcção Administrativa e Financeira para seguir o processo, porque nós, no quadro do alargamento da escolaridade básica e da rede, perspectivamos alargar a Escola 1.º de Junho e porque há um grande terreno que era baldio na altura, mas que hoje o senhor está a cuidar. Não conheço o terreno, entrei há seis meses e por ocasião das festividades do 1.º de Junho estive na escola, mas não tive a oportunidade de ir para a parte traseira. Portanto, não sei qual é a configuração do terreno neste momento.

Então, a DAF e a DAE, foram lá, fizeram as medições possíveis, no sentido de podermos construir mais salas de aulas.

Ao nível daquele local, nós temos um Jardim de Infância e temos o 1.º ciclo e, quiçá, o 1.º ciclo do Ensino Secundário, portanto, de 7.ª a 9.ª classe. Essas medições estão feitas, o projecto está feito, creio que já está, inclusive, no Tesouro para financiamento e é possível que as obras se iniciem ainda este ano.

Qual não foi o meu espanto quando recebi essa carta, não sei qual é a estratégia e fico um pouco molestado, pelo facto de me terem dito que havia um processo que ele entregou na Procuradoria, algumas pessoas foram chamadas, porque o processo estaria a correr a sua tramitação na Procuradoria.

Disseram-me que a carta foi entregue aos partidos políticos todos: MDFM/PL, PCD, MLSTP/PSD, ADI, enfim. É praticamente difamação quando o meu nome aparece associado a isso, quando se sabe que eu não sou Ministro das Obras Públicas nem tenho competências para distribuir o que quer que seja em termos de terrenos do Estado.

Eu tenho aqui também o parecer da Inspeção-geral da Educação que diz que de facto o senhor não tem título de posse. Portanto, eu acho que há documentos, inclusivamente que faltam no processo e em toda essa história parece-me haver alguma mistificação, alguma montagem. Eu não percebo como é que ele consegue fazer toda essa armação.

Nós temos o título de posse do terreno, eu nem conheço bem a história desse terreno. Eu teria ouvido, através desta Comissão, que o terreno vem do tempo da Dona Alda do Espírito Santo e que se teria dado à escola, para alargamento e utilização ao nível social. Por acaso, eu tive acesso a uma cópia do título de posse que poderei depois deixar, mas eu gostaria que o Director da Administração Educativa, que acompanhou um bocado o processo antes de mim – porque eu estou no Governo há relativamente 6 meses, e é um processo que começou com o ministro anterior – prestasse algumas declarações para complementar o que eu acabei de dizer, mas o que eu quero dizer preliminarmente é que eu não conheço o senhor e não conheço os jovens. Eu seria muito irresponsável ao dar tais orientações. Neste momento nem vereador da Chácara eu sou. Portanto, como é que eu posso dar orientações para ocupação de algum terreno? Se eu o fizesse, primeiro, na carta ele teria que mencionar o nome, identificar a pessoa que levou essa instrução e eu não vejo aqui o nome, não sei quem recebeu essa instrução, porque se por caso alguém me caluniasse nesse sentido, eu gostaria de saber quem levou o meu nome. Segundo, eu acho que o Ministro não instrui oralmente. Certamente se eu o fizesse ele teria uma nota, ou seja, haveria um despacho da DAF ou do Director do Gabinete a dizer que aqueles jovens estavam autorizados, ou teriam alguma coisa assinada por Jorge Bom Jesus.

Não há uma base escrita e eu acho que é difícil dar tratamento a um processo em que a única base escrita que nós temos é a carta do senhor e que parece um bocado evasiva. Mas enfim, o Director pode completar e nós poderemos depois deixar as documentações. Não sei o que é que a Assembleia já possui, mas eu tenho aqui a carta que ele enviou, as instruções que eu dei, o parecer da Inspeção e também tenho o título de posse. Aqui tenho duas cópias, uma enviei unicamente à Inspeção-geral e à DAE e num segundo momento enviei também à DAF, à Inspeção, à DEB (Direcção do Ensino Básico) e à DAE, para acompanhar. Portanto, enquanto Ministro, fiz aquilo que me competia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Ministro, pela exposição e também pelos documentos. Tem a palavra o Sr. Director.

O Sr. **Filipe Paquete** (Director da DAE): — Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e também agradecer a honra em poder estar neste encontro.

Eu queria falar sobre o assunto em dois momentos. Num primeiro momento, falar como técnico do Ministério e da Direcção que acompanhou o processo durante a gestão de uma outra Directora e também do processo agora depois da carta enviada. Portanto, enquanto técnico, de facto eu acompanhei esse processo, foi no ano passado, ainda com a ex-Directora Isabel Viegas, e sobre este assunto nós deslocamo-nos ao espaço, tentámos num primeiro encontro conversar com o senhor, mas este primeiro contacto foi infrutífero, não houve nenhum consenso. Daí que passado algum tempo voltamos a ter um segundo encontro, em que fizemos uma visita em todo o espaço físico e concluímos que de uma árvore que nós denominamos de pau ama até Mina Anzu ficaria para a construção da escola que queremos fazer, na base do alargamento do 2.º ciclo do Ensino Básico, e a partir de pau ama até ao rio seria dele. Porque nós temos um termo de posse que na altura fizemos a leitura, vimos que o prazo que está no documento é de 20 anos e a data em que foi assinado o termo de posse já está ultrapassada. Daí que vimos logo que o tal

senhor não tinha documentos para poder nos exhibir e nos dizer directamente que ele era o proprietário do terreno. Contudo, chegamos ao consenso de a partir de pau ama até Mina Anzu nós ocuparíamos para fazer a nossa construção, e íamos cercar, e de pau ama até o rio seria do senhor. E dissemos-lhe para deixar de cultivar naquele espaço, porque a qualquer momento se iria fazer a construção.

Ficamos deste modo à espera que houvesse cabimento financeiro para iniciarmos a obra. Esta é a informação que eu tinha na altura como técnico, mas depois ultimamente, podemos dizer, de Abril em diante, recebemos uma informação de que ele se queixa da invasão por um grupo de jovens e, segundo ele, sob a orientação do Ministro da Educação, Cultura e Formação. Portanto, como o Sr. Ministro mesmo disse, o senhor fez um despacho sobre a carta e deu-nos algumas orientações para seguirmos a questão. Nós seguimos a questão, mas quando fomos fazer a visita ele disse-nos que foram lá os militares, os homens da PIC e também uma série de jovens e que recebeu ameaças. Disse que o ameaçaram, não sei se chegaram a agredir a esposa, e que ia fazer uma série de petições a todos os órgãos.

O clima é este...

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Foram ameaçados pelos filhos do senhor.

O Sr. **Filipe Paquete**: — Ele se faz de reguila, quer dizer, assim directamente ele não nos ameaçou, mas nota-se pela sua forma.

No primeiro dia, ele escondeu-se de nós, a esposa é que apareceu com um machim na mão, nenhum dos filhos respondeu à nossa saudação. No segundo dia, com a nossa insistência, a esposa disse que ele não estava, mas passado algum tempo ele apareceu. Mas nota-se um clima de reguila da parte dele. Depois ele levou-nos para ver um espaço dele que é parecido com uma clínica de coisas tradicionais...

Risos.

Eu até perguntei-lhe: «*sun nguê, sun cá fé mindjá di vija ubuê n'ái ô?*», ele respondeu: «*não, sun sebê ô, nón sá nguê té la,....*», assim nesses termos, mas nota-se que o senhor aparenta ser uma pessoa violenta, porque nós também já tivemos alguns encontros com a senhora que é responsável pelo Jardim, ela disse que ele é assim.

Há também um senhor cabo-verdiano que trabalha lá, ele limitou o espaço, disse que deu cerca de 40 litros de azeite durante 20 anos, deu 50 cocos durante esses anos todos, enfim, uma série de coisas.

Portanto, é isso que me cabe informar.

O Sr. **Presidente**: — Bom, deixo os microfones para os Srs. Deputados que queiram fazer alguma pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Antes de mais, gostaria de agradecer ao Sr. Ministro pela sua presença.

Sr. Presidente, temos aqui na ordem do dia auscultação ao Ministro da Educação, Cultura e Formação sobre o mesmo assunto, mas vi que também interveio o Sr. Director da DAE. Julgo que se calhar nós extravasamos. Isso não é motivo agora de contestação, mas de qualquer forma fica o reparo.

Sr. Ministro, na carta que temos, o Sr. José Neves faz uma acusação clara à sua pessoa, é o único documento que temos aqui e o senhor agora contestou, é verdade, e como o Sr. Ministro mesmo fez referência, essa carta foi distribuída aos vários partidos políticos também, por isso, era bom que o senhor se defendesse por escrito. Porque vamos ouvir os outros intervenientes, tendo em conta que o Sr. José Neves fez referência a outras pessoas que fizeram investigação. Ele falou aqui das pessoas que trabalham na PIC e se calhar vamos ouvir essas pessoas também para confirmar junto a esses agressores se eles tiveram orientação sua.

Nós já auscultamos os responsáveis da Comissão, já ouvimos todo o historial, a conduta do homem, o que ele tem vindo a fazer, mas de qualquer forma, fazemos esse reparo.

Também gostaria de dizer que o título de posse que a Comissão tem está fora do prazo e isso pode, do ponto de vista judicial, ter algumas consequências negativas para a Comissão, tendo em conta que o homem está num terreno agora que não é de ninguém. É do Estado. Já a Comissão não faz posse do terreno, perdeu a titularidade.

Ele vive lá naquele terreno há algum tempo, tem lá a sua residência e reivindica. É necessário encontrarmos uma saída, tendo em conta que o homem, pelo que ouvi, é violento, de forma a evitar outros acidentes, e seria bom que o Sr. Ministro aconselhasse, talvez, os responsáveis do Jardim e outras pessoas para não entrarem em conflito directo com o homem, de forma a não agravarmos mais esse conflito social e deixar, talvez, que a Justiça possa encontrar uma saída melhor, tendo em conta que as pessoas que fazem parte da Comissão têm receio de um ataque violento do senhor. Daí que para não agravarmos isso era bom que o caso fosse entregue à Justiça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos, para uma intervenção.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, bom dia.

Antes de mais gostaria de agradecer o Sr. Ministro pela sua presença.

Sr. Ministro, depois de ouvirmos as partes envolvidas, inicialmente ficamos com uma certa impressão, acho que a situação está mais ou menos clarificada. A verdade é que poderíamos encontrar uma solução para que tanto o senhor, que agora tem a sua residência no espaço, como o Ministério da Educação, que precisa do espaço para a expansão do parque escolar, possam sair mais ou menos resolvidos.

Creio que o Sr. Director da DAE apresentou uma versão e eu acredito que se essa versão for válida, podia-se tomar em consideração, a parte de pau ama para a grotta. Não conheço o espaço, mas se isso ainda é possível seria uma boa solução.

Quanto à sugestão do meu colega Carlos Pinheiro, o Sr. Ministro está cá, fez a sua intervenção, esta auscultação está a ser gravada e essa intervenção vale por escrito. Tomamos em consideração tudo o que o Sr. Ministro falou e o escrito que nós teremos pela gravação será um suporte do testemunho do Sr. Ministro perante este caso. Acho que só isso basta. Não faz sentido ter que fazer uma exposição por escrito. O Sr. Ministro até enriqueceu a sua intervenção com as diligências desse processo em termos documentais. Acho que por si só seria a solução para esse caso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não acompanhei desde o início a discussão deste assunto, uma vez que fui participar numa actividade para a qual fui convidado, peço desculpas pela chegada tardia, mas do pouco que pude escutar dá para chegar às seguintes conclusões:

Primeiro, este assunto, segundo o que consta, é um assunto que já está ao nível da Procuradoria-geral da República, e a partir do momento em que já está sob a alçada da Procuradoria pouco temos a pronunciar. Devemos deixar que a Procuradoria conclua o seu trabalho.

Segundo, para dizer que se trata de um terreno do Estado, cujo título foi passado a uma associação e a associação como tal não tem direito de trespassar o terreno que o Estado lhe concedeu a um terceiro. Daí que o terceiro não pode ter recebido o terreno através da associação, só do Estado.

Se o prazo de validade do título que tem a associação já está ultrapassado, sendo uma associação que tem ligação com o sector da Educação, é uma associação que vem fazendo aquilo que o Estado pretende fazer para a população, portanto, cabe à associação, juntamente ao Ministério da Educação, renovar o título.

Se existe alguém que ocupa um espaço naquele local sem autorização, mesmo que seja da associação, mas atendendo que o Estado precisa do espaço para construir os edifícios escolares, o máximo que o Estado pode fazer, humanamente, é arranjar um pedaço de terreno em qualquer parte que seja e fazer com que esse senhor se desloque de onde está para um outro terreno, para não lhe deixar praticamente vazio. Portanto, fazê-lo deslocar de lá e dar-lhe um pedaço de terreno em qualquer lado perto da capital e utilizar o espaço. O Estado precisa desse espaço e é ele o dono do espaço. Claro, se falamos do Estado, obviamente que é o Ministério da Educação, neste caso. Portanto, não vejo porquê que se conviver com as ameaças do senhor. Não podemos estar num país de «deixar andar» e «deixar fazer». Há um Estado e ele tem que assumir a sua responsabilidade como tal. Há um conflito e o Estado tem que resolver esse conflito antes que as coisas se agudizem e ponham em perigo a vida das pessoas que lá estão, das crianças que vão frequentar as aulas e tudo mais. É tentar desmobilizar o senhor que lá se encontra e dar-lhe um pedaço de terreno noutra parte. Aliás, por ser um indivíduo agressivo, ele deve estar longe das escolas e dos jardins. Deve-se colocá-lo num sítio bem longe de lá, antes que ele faça o pior.

O Sr. **Presidente**: — Há mais intervenções?

Pausa.

Meus senhores, ouvimos o Sr. Ministro da Educação, que fez a sua intervenção e, querendo esclarecer o caso, pediu que usasse da palavra o Sr. Director da DAE, que acompanhou o processo muito antes da sua nomeação, e foi assim que permitimos que Sr. Director trouxesse mais esclarecimentos sobre o caso. Portanto, a Comissão ouviu o Sr. Ministro, essas intervenções estão gravadas. Esquecemos de dizer no princípio que está tudo sobre uma gravação. Isso tinha que ser do seu conhecimento. Por isso, vamos tomar em consideração o que disseram todos os intervenientes e, claro, vamos depois fazer um relatório desta audição com aquilo que acharmos mais urgente e mais conveniente para resolver este caso.

Portanto, não sei se há mais alguma intervenção dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, como disse o Sr. Deputado Jorge Amado, o caso já está entregue à Justiça, faz sentido prosseguirmos?

O Sr. **Presidente**: — Bom, é preciso uma coisa. O Regimento da Assembleia diz que quando os casos estão na Justiça dizem respeito aos inquéritos parlamentares e não estamos perante isso. O inquérito parlamentar tem um

peso jurídico muito grande e por isso mesmo, quando se trata disso, temos que consultar o Ministério Público. Como sabemos publicamente que já está no Ministério Público, não continuaríamos o inquérito.

Esta é uma petição e não um inquérito e nas petições a Assembleia dá a sua opinião. Portanto, há um peticionário, fazemos as auscultações de todos os intervenientes e fazemos um relatório à Mesa da Assembleia Nacional. Este é o nosso papel e a Mesa da Assembleia poderá depois tomar as medidas que quiser adoptar em relação ao relatório. Portanto, em relação às audições não temos nada no Regimento que impeça a continuidade da audição. Nos inquéritos parlamentares sim, teríamos que parar e deixar que seja apenas o Ministério Público a agir.

Há mais alguma questão a colocar ao Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação?

Negaram, acenando com a cabeça.

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Ministro para mais esclarecimento.

O Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação: — Sr. Presidente, queria simplesmente dizer que fique bem claro que não tenho nenhuma interferência, absolutamente nada a ver com essa história. Não conheço o senhor, conheço muitos jovens da Chácara, mas não sei quem são esses agressores, porque não estou dentro deste processo.

Quero dizer também que ao nível do parque escolar temos muitas escolas com logradouro, com terrenos baldios e muitas vezes é muito natural que o aconteceu com o senhor tenha acontecido noutras zonas e noutras escolas, em que muitas vezes se diz «olha, pode cultivar enquanto não precisamos para construir». Porque a perspectiva é irmos crescendo a rede escolar e, ao invés de termos capim, então as pessoas muitas vezes utilizam. Isto até está a acontecer na Viana da Mota, a EFOPE tem um grande terreno na parte de trás e às vezes as pessoas da Rua da Caixa, os guardas e jardineiros fazem as suas hortas. Portanto, isto é corrente.

Certamente, o facto de no ano passado, suponho eu, ter-se ido fazer a medição do espaço para o alargamento da escola 1.º de Junho e, possivelmente, no futuro depois do próprio Jardim, tendo em conta a política de crescimento e de intervenção que queremos ao nível da pré-escolar para alterar os 30% de cobertura que temos para pelo menos duplicar a nossa intervenção a esse nível, naturalmente o senhor deve ter ficado alarmado com a situação. Ele não tem título de posse e não é proprietário e quer, certamente, solidificar a sua situação, tendo em conta os anos que lá está. Como se diz, «a melhor defesa é o ataque». Compreendo e é verdade que também temos que admitir que em zonas urbanas há sempre jovens malcriados e há inversão de valores e é muito natural que haja um ou outro distúrbio. Não posso confirmar, mas é perfeitamente possível. Mas, enfim, chegar ao ponto de enviar essas cartas todas!

Neste momento o assunto está na Procuradoria, através do senhor, e creio que o que vamos fazer, talvez seguindo um bocado o conselho do Sr. Deputado Pinheiro, é o próprio Ministério reunir as provas todas e enviar o caso à Procuradoria. É isto que vou fazer, porque já esgotei as *demarches* todas, mandei a Inspeção-geral da Educação investigar e tenho deles um parecer. Os sectores pedagógicos acompanharam e também o sector da Administração Escolar, portanto, já houve uma medida reconciliatória no sentido de o senhor poder ocupar uma parte. Se for o caso, poderíamos até enviar uma nota por escrito. Portanto, o que foi dito verbalmente, dizer «olha, de tal marcação, até que não se construa, o senhor poderá continuar a usufruir», até porque a construção está iminente.

Estou a ver que esta situação já está a ganhar outros contornos e prefiro, digamos, enviar um dossier e remeter esse caso à Procuradoria, à semelhança daquilo que já fizemos em relação ao Centro Politécnico. É só para informar, não estamos a tratar dessa situação, mas amanhã ou depois é possível que a Assembleia receba uma petição sobre esse assunto. Temos duas casas do Centro Politécnico, os tais chalés, ou bangalós que a França devolveu ao Ministério naquele recinto e há dois professores que ocuparam duas casas, indevidamente, e lá estão há 3 meses. Falamos com a Polícia, mas neste momento é preciso instruir todo esse processo e o caso está na Procuradoria. Esperamos que o desfecho seja o mais rapidamente possível, porque temos um investimento de cerca de 4 milhões de dólares para a construção de uma escola profissional, através da cooperação brasileira e vamos precisar dessas casas para receber professores e consultores. Mas, enfim, é a sociedade que temos, portanto, aquilo que é o bem público as pessoas muitas vezes passam por cima, vendo os interesses particulares. Estamos num sector complicado e depois há muita pressão fundiária ao nível dos terrenos na cidade. O próprio Estado já não tem terreno para construir neste momento.

O Sr. Presidente: — Há mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, disse o Sr. Ministro que não tem nenhuma interferência neste caso e disse bem que vai agir. Devo aconselhá-lo a ter interferência neste caso, porque o senhor representa o Estado, sob pena de vir a ser responsabilizado por negligência. Primeiro é porque não pode de forma nenhuma, tendo conhecimento, ter perto de estabelecimento escolar um indivíduo que pratica curandeirismo. Tomando conhecimento disso, o mínimo é que esse indivíduo saia de lá! Quer dizer, os nossos alunos vão aprender na escola e na barraca do senhor?

Risos.

Portanto, temos que tomar alguma medida. O Estado toma a sua medida e o lesado que reclame. Não é o Estado que vai queixar, o lesado é que tem que reclamar. Quem se sente lesado vai queixar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegamos ao fim desta audição e agradecemos ao Sr. Ministro pela sua presença e pelas intervenções que fez.

Para dizer que vamos reunir todos os elementos e concluir esta audição.

Muito obrigado Sr. Ministro e bom dia para si.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 10 minutos.